

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS

2T2023

CEMIG

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	12
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	13
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	14
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	15
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	15
11. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	16
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	17
13. INTANGÍVEL.....	18
14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS.....	19
15. ARRENDAMENTOS.....	19
16. FORNECEDORES.....	21
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	21
18. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	22
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	24
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	25
21. PROVISÕES.....	27
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	32
23. RECEITA.....	34
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	36
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	39
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	39
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	41
28. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.....	45
29. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	46
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	47
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	56

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	899.048	440.700
Títulos e valores mobiliários	5	671.821	279.717
Consumidores e revendedores	6	3.047.560	2.761.370
Concessionários - transporte de energia	6	348.870	333.642
Tributos compensáveis	7	986.261	1.828.665
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	30.960	-
Estoques		27.940	30.259
Contribuição de iluminação pública		232.583	207.286
Reembolso subsídios tarifários	10	117.184	90.923
Subvenção baixa renda		64.727	62.479
Ativos setoriais da concessão	11b	458.615	746.031
Outros ativos		280.150	209.817
Total do circulante		7.165.719	6.990.889
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	1.067	1.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	1.998.584	2.119.494
Tributos compensáveis	7	626.843	540.281
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	83.409	76.278
Depósitos vinculados a litígios	9	653.081	651.279
Concessionários - transporte de energia	6	40.907	43.386
Outros ativos		16.686	17.327
Ativos setoriais da concessão	11b	432.194	198.059
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	11a	1.538.165	1.369.652
Ativos de contrato	12	2.785.768	1.849.852
Intangíveis	13	11.409.347	11.314.918
Arrendamentos - direito de uso	15	272.890	240.178
Total do não circulante		19.858.941	18.421.756
Ativo total		27.024.660	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Empréstimos e debêntures	18	881.326	883.795
Fornecedores	16	1.697.417	1.929.723
Impostos, taxas e contribuições	17	245.235	538.690
Imposto de renda e contribuição social	8b	-	88.043
Salários e encargos sociais		149.019	162.661
Encargos regulatórios	19	429.179	393.389
Participação dos empregados e administradores no resultado		47.808	52.273
Obrigações pós-emprego	20	289.196	274.904
Contribuição de iluminação pública		372.094	312.475
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		510.559	455.273
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		508.078	504.052
Valores a serem restituído a consumidores	17	1.505.176	1.154.798
Arrendamentos - obrigações	15	55.715	43.602
Outros passivos		368.278	325.837
Total do circulante		7.059.080	7.119.515
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	18	5.198.274	3.692.203
Provisões	21	1.405.726	1.342.624
Obrigações pós-emprego	20	3.501.965	3.550.093
Encargos regulatórios	19	37.947	55.437
Valores a serem restituído a consumidores	17	420.936	1.632.200
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		679.794	679.794
Arrendamentos - obrigações	15	240.684	216.271
Outros passivos		19.246	19.248
Total do não circulante		11.504.572	11.187.870
Total do passivo		18.563.652	18.307.385
Patrimônio líquido			
Capital social	22	5.834.312	5.371.998
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	450.000	-
Reservas de lucros		3.270.982	3.270.982
Ajustes de avaliação patrimonial	22	(1.508.854)	(1.537.720)
Lucros acumulados		414.568	-
Total do patrimônio líquido		8.461.008	7.105.260
Total do passivo e do patrimônio líquido		27.024.660	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Receita	23	10.926.394	9.679.436
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	24a	(6.091.925)	(5.704.087)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	24b	(1.517.409)	(1.112.782)
Custos de operação	24c	(1.588.138)	(2.763.777)
		(9.197.472)	(9.580.646)
Lucro bruto		1.728.922	98.790
Despesas operacionais	24c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(29.415)	(133.709)
Despesas gerais e administrativas		(244.162)	(265.379)
Outras despesas operacionais, líquidas		(383.048)	(312.845)
		(656.625)	(711.933)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.072.297	(613.143)
Receitas financeiras	25	313.765	405.157
Despesas financeiras	25	(394.548)	(712.741)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		991.514	(920.727)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(150.506)	(155.798)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(106.039)	552.174
Lucro (prejuízo) líquido do período		734.969	(524.351)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,31	(0,22)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Receita	23	5.549.457	4.931.119
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	24a	(3.038.649)	(2.836.650)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	24b	(859.801)	(683.279)
Custos de operação	24c	(782.541)	(2.089.903)
		(4.680.991)	(5.609.832)
Lucro bruto		868.466	(678.713)
Despesa operacional	24c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(21.334)	(89.450)
Despesas gerais e administrativas		(127.174)	(153.135)
Outras despesas operacionais, líquidas		(228.509)	(170.999)
		(377.017)	(413.584)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		491.449	(1.092.297)
Receitas financeiras	25	189.527	218.830
Despesas financeiras	25	(177.962)	(551.217)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		503.014	(1.424.684)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	2.843	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(140.418)	524.406
Lucro (prejuízo) líquido do período		365.439	(900.278)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,15	(0,38)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	734.969	(524.351)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 20)	43.737	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 8)	(14.871)	-
	28.866	-
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	763.835	(524.351)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	365.439	(900.278)
Resultado abrangente do período	365.439	(900.278)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	-	3.404.039	(1.833.371)	-	6.942.666
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(524.351)	(524.351)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(524.351)	(524.351)
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,0553 por ação)	-	-	-	-	(282.719)	(282.719)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	5.371.998	-	3.404.039	(1.833.371)	(807.070)	6.135.596
	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	3.270.982	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do período	-	-	-	-	734.969	734.969
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	28.866	-	28.866
Resultado abrangente do período	-	-	-	28.866	734.969	763.835
Aumento de capital	462.314	(194.000)	-	-	-	268.314
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	644.000
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,1358 por ação)	-	-	-	-	(320.401)	(320.401)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	5.834.312	450.000	3.270.982	(1.508.854)	414.568	8.461.008

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do período		734.969	(524.351)
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	20	189.738	225.518
Amortização	13 e 15a	391.114	354.256
Perdas de créditos esperadas	24c	29.415	133.709
Demais provisões	24c	172.296	1.515.558
Ajuste de ativos em curso	13	(15.584)	(7.053)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13	37.623	10.309
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	23	(1.257.507)	(935.491)
Juros e variações monetárias		214.139	538.523
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(77.575)	(38.762)
Amortização do custo de transação de empréstimos	18	2.008	874
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	23	143.809	972.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	106.039	(552.174)
		<u>670.484</u>	<u>1.692.956</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(315.605)	65.861
Concessionários - transporte de energia		(12.749)	(11.039)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		-	190.658
Tributos compensáveis	7	(77.534)	170.438
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(18.397)	(15.177)
Depósitos vinculados a litígios		19.041	5.833
Contribuição de iluminação pública		(25.297)	34.578
Reembolso subsídios tarifários	10	(26.261)	196.457
Subvenção baixa renda		(2.248)	(3.729)
Outros		(105.212)	(241.935)
		<u>(564.262)</u>	<u>391.945</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(245.417)	(473.489)
Impostos, taxas e contribuições		534.962	443.452
Imposto de renda e contribuição social a pagar		150.506	155.798
Salários e encargos sociais		(13.642)	30.268
Contribuição de iluminação pública		59.619	(65.595)
Encargos regulatórios	19	18.406	(244.792)
Obrigações pós-emprego	20	(179.837)	(165.708)
Provisões	21	(69.911)	(62.997)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(4.465)	(18.882)
Outros		125.831	103.173
		<u>376.052</u>	<u>(298.772)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		482.274	1.786.129
Juros de empréstimos e debêntures pagos	18	(180.280)	(160.970)
Juros de arrendamento pagos	15	(26.456)	(937)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		275.538	1.624.222
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira	5	(392.119)	(176.717)
No intangível	13	(55.182)	(26.207)
No ativo de contrato	12	(1.437.260)	(1.070.325)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.884.561)	(1.273.249)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos e debêntures, líquidos	18	1.988.311	987.575
Pagamento de arrendamento	15	(601)	(29.525)
Pagamento de empréstimos e debêntures	18	(564.339)	(548.393)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(170.477)
Adiantamento para futuro aumento de capital		644.000	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2.067.371	239.180
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		458.348	590.153
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	440.700	198.694
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	899.048	788.847

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Receitas		
Venda de energia e serviços	13.966.989	14.549.997
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.517.409	1.112.782
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	77.575	38.762
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(29.415)	(133.709)
	<u>15.532.558</u>	<u>15.567.832</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(4.967.318)	(4.549.599)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.611.107)	(1.618.064)
Serviços de terceiros	(1.353.616)	(1.044.929)
Materiais	(884.503)	(687.342)
Outros custos operacionais	(341.441)	(1.584.128)
	<u>(9.157.985)</u>	<u>(9.484.062)</u>
Valor adicionado bruto	6.374.573	6.083.770
Retenções		
Amortização	(391.114)	(354.256)
Valor adicionado líquido	5.983.459	5.729.514
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	330.066	417.156
Valor adicionado a distribuir	6.313.525	6.146.670
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	666.489	698.834
Remuneração direta	403.221	374.610
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	239.320	264.509
FGTS	23.948	22.780
Programa de desligamento voluntário programado	-	36.935
Impostos, taxas e contribuições	4.487.950	5.237.957
Federais	2.858.899	2.234.285
Estaduais	1.625.330	3.000.188
Municipais	3.721	3.484
Remuneração de capitais de terceiros	424.117	734.230
Juros	419.515	728.991
Aluguéis	4.602	5.239
Remuneração de capital próprio	734.969	(524.351)
Juros sobre capital próprio	320.401	282.719
Lucros (prejuízos) retidos	414.568	(807.070)
	<u>6.313.525</u>	<u>6.146.670</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.132.370 consumidores em 30 de junho de 2023.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2023, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 03 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	30/06/2023	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso de subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
-	14	Obrigações especiais
15	15	Arrendamentos
16	16	Fornecedores
17	17	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
18	18	Empréstimos e debêntures
19	19	Encargos regulatórios
20	20	Obrigações pós-emprego
21	21	Provisões
22	22	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	23	Receita
24	24	Custos e despesas operacionais
25	25	Receitas e despesas financeiras
26	26	Transações com partes relacionadas
27	27	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
-	28	Revisão tarifária periódica
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	29	Riscos relacionados a <i>compliance</i> com leis e regulamentos
31	30	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

2.3. Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores, representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 30 de junho de 2022 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais reclassificações foram considerados imateriais pela Companhia.

2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias da Companhia.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2023	31/12/2022
Contas bancárias	40.810	83.858
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	725.251	309.894
Aplicações automáticas - Overnight (2)	132.987	46.948
	858.238	356.842
	899.048	440.700

(1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 30 de junho de 2023 (80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,38% a 13,64% a.a. em 30 de junho de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários (1)	370.665	30.587
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	216.954	182.161
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	79.741	64.208
Debêntures (4)	4.175	2.647
Outros	1.353	1.166
	672.888	280.769
Ativo circulante	671.821	279.717
Ativo não circulante	1.067	1.052

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variou de 103% a 104,3% em 30 de junho de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 109,89% do CDI em 30 de junho de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,67% a 13,87% a.a. em 30 de junho de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 114,29% do CDI em 30 de junho de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 26. Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2023	31/12/2022
Residencial	716.635	276.184	393.508	243.962	360.296	1.990.585	1.800.806
Industrial	40.657	60.013	21.610	27.698	120.175	270.153	255.015
Comércio, serviços e outras	282.627	158.462	103.634	94.828	197.813	837.364	796.559
Rural	130.508	92.258	49.154	30.936	48.005	350.861	292.220
Poder público	65.265	34.006	3.467	248	17.100	120.086	97.942
Iluminação pública	49.565	581	207	1	971	51.325	12.303
Serviço público	63.427	36.226	4.940	3.251	31.681	139.525	125.823
Subtotal - consumidores	1.348.684	657.730	576.520	400.924	776.041	3.759.899	3.380.668
Concessionários - transporte de energia	72.097	285.666	22.830	6.303	75.657	462.553	460.272
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	8.390	-	7.876	16.266	56.315
Provisão para perdas de créditos esperadas	(124.247)	(11.770)	(50.385)	(94.014)	(520.965)	(801.381)	(758.857)
	1.296.534	931.626	557.355	313.213	338.609	3.437.337	3.138.398
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.047.560	2.761.370
Concessionários - transporte de energia						348.870	333.642
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						40.907	43.386

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Residencial	312.162	269.007
Industrial	113.169	122.227
Comércio, serviços e outras	208.552	194.431
Rural	34.405	31.070
Poder público	28.771	26.621
Iluminação pública	302	(88)
Serviço público	31.244	32.346
Concessionários - transporte de energia	72.776	83.243
	801.381	758.857

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857
Constituições, líquidas (Nota 24)	29.415
Reversão de baixa	13.109
Saldo em 30 de junho de 2023	801.381

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
ICMS a recuperar	396.285	404.590
Cofins (a)	484.750	1.170.056
PIS/Pasep (a)	104.802	253.606
Outros	424	413
	986.261	1.828.665
Não circulante		
ICMS a recuperar	600.946	515.972
Cofins (a)	21.277	19.973
PIS/Pasep (a)	4.620	4.336
	626.843	540.281
	1.613.104	2.368.946

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia possui registrado em 30 de junho de 2023 o montante de R\$589.552 no ativo circulante (R\$1.421.739 em 31 de dezembro de 2022) e R\$25.897 no ativo não circulante (R\$24.309 em 31 de dezembro de 2022) referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro semestre de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$820.641 (R\$823.148 no mesmo período de 2022).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda	70.637	61.390
Contribuição social	43.732	14.888
	114.369	76.278
Circulante	30.960	-
Não circulante	83.409	76.278

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	-	77.292
Contribuição social	-	10.751
	-	88.043

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 21.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	311.650	-
Obrigações pós-emprego	1.246.016	1.238.981
Perdas de créditos esperadas	313.973	295.384
Provisão para redução a valor recuperável	16.937	22.271
Provisões operacionais (1)	81.928	523.338
Provisões para contingências	414.430	396.213
Taxa de administração	4.313	4.500
Participação de empregados e administradores no resultado	16.255	17.773
Outros	9.843	8.586
	2.415.345	2.507.046
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(234.270)	(212.326)
Encargos financeiros capitalizados	(173.775)	(169.801)
Custo de captação	(8.716)	(5.425)
	(416.761)	(387.552)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.998.584	2.119.494

(1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.119.494
Efeitos alocados ao resultado	(106.039)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(14.871)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.998.584

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Resultado antes dos impostos	991.514	(920.727)
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(337.115)	313.047
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	108.937	96.124
Incentivos fiscais	12.350	13.433
Contribuições e doações indedutíveis	(1.710)	(2.658)
Multas indedutíveis	(55.480)	(21.560)
Selic sobre indêbitos tributários	13.199	-
Outros	3.274	(2.010)
	(256.545)	396.376
Alíquota efetiva	25,87%	(43,05)%
Corrente	(150.506)	(155.798)
Diferido	(106.039)	552.174

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Resultado antes dos impostos	503.014	(1.424.684)
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(171.025)	484.393
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	56.228	51.769
Incentivos fiscais	397	-
Contribuições e doações indedutíveis	279	(1.184)
Multas indedutíveis	(28.160)	(9.153)
Selic sobre indêbitos tributários	1.975	-
Outros	2.731	(1.418)
	(137.575)	524.407
Alíquota efetiva	(27,35)%	(36,81)%
Corrente	2.843	-
Diferido	(140.418)	524.406

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhista	178.166	203.119
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	12.497	12.198
IR/INSS indenização do anuênio (1)	223.353	218.771
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	92.143	85.832
Outros	71.744	64.197
	399.737	380.998
Outros		
Regulatório	32.331	31.428
Cível	8.679	5.786
Relações de consumo	5.871	6.166
Bloqueio judicial	17.321	13.056
Patrimonial	4.481	4.448
Outros	6.495	6.278
	75.178	67.162
	653.081	651.279

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

No primeiro semestre de 2023, o montante apropriado como receitas dos subsídios reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$554.619 (R\$485.093 no mesmo período de 2022). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$117.184 (R\$90.923 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	30/06/2023	31/12/2022
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.538.165	1.369.652
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	890.809	944.090
	2.428.974	2.313.742
Ativo circulante	458.615	746.031
Ativo não circulante	1.970.359	1.567.711

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	91.586
Realização	(648)
Atualização financeira	77.575
Saldo em 30 de junho de 2023	1.538.165

Em função da homologação do resultado do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, conforme Resolução Homologatória nº 3.202, de 23 de maio de 2023, a atualização do ativo financeiro teve um acréscimo de R\$39.516, considerando a data base de 30 de novembro de 2022. O acréscimo decorre da diferença entre a estimativa de atualização dos ativos utilizada pela Companhia e o Valor Novo de Reposição – VNR destes ativos homologados no processo de RTP.

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	183.459	707.350	890.809	544.370	399.720	944.090
Ativo circulante	183.459	275.156	458.615	544.370	201.661	746.031
Ativo não circulante	-	432.194	432.194	-	198.059	198.059
Total circulante líquido	183.459	275.156	458.615	544.370	201.661	746.031
Total não circulante líquido	-	432.194	432.194	-	198.059	198.059
Total líquido	183.459	707.350	890.809	544.370	399.720	944.090

COMPONENTES FINANCEIROS	30/06/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.646)	1.093	(553)	140.528	(139.639)	889
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	242.595	84.600	327.195	4.297	211.497	215.794
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	30.188	9.364	39.552	180	17.786	17.966
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	(38.660)	-	(38.660)	38.984	(7.872)	31.112
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(528.351)	107.000	(421.351)	377.682	204.843	582.525
Energia elétrica comprada para revenda	(552.065)	(229.619)	(781.684)	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	767.227	264.037	1.031.264	40.617	708.966	749.583
Neutralidade da parcela A	(62.951)	273.727	210.776	(32.683)	235.990	203.307
Outros itens financeiros	389.787	210.544	600.331	(235.974)	537.513	301.539
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(62.665)	(13.396)	(76.061)	(22.983)	(47.707)	(70.690)
TOTAL	183.459	707.350	890.809	544.369	399.721	944.090

(1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo (a preços maiores do que o da compra de energia) foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida nesses reajustes através um componente financeiro negativo. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório deve ser recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor correspondente ao ano de 2017, no montante de R\$39.270, com efeito no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, tais montantes foram ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, os ganhos que ainda não haviam sido recuperados via tarifa relativos à sobrecontratação de 2017, cujo valor atualizado é R\$228.477, foi reconhecido pela ANEEL no processo tarifário de 2023. No tocante à sobrecontratação de 2018, no valor de R\$28.275, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	430.080
Realização	(573.889)
Transferência de outros ativos (1)	(1.550)
Atualização Selic (Nota 25)	92.078
Saldo em 30 de junho de 2023	890.809

(1) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 141 da REN 1.000/2021.

12. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.849.852
Adições	1.462.227
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11)	(91.586)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(450.309)
Ajuste de ativos em curso (1)	15.584
Saldo em 30 de junho de 2023	2.785.768

(1) Refere-se à reversão de provisões registradas em exercícios anteriores para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas).

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre de 2023, no montante de R\$1.613.710, está contemplado o montante de R\$24.967 (R\$16.250 no mesmo período de 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18. A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	26.419.265	(11.559.761)	14.859.504	25.760.065	(11.151.378)	14.608.687
(-) Obrigações especiais (c)	(5.501.028)	1.912.126	(3.588.902)	(5.287.534)	1.809.300	(3.478.234)
Ativos da concessão líquidos	20.918.237	(9.647.635)	11.270.602	20.472.531	(9.342.078)	11.130.453
Intangível em curso	138.745	-	138.745	184.465	-	184.465
Total do intangível	21.056.982	(9.647.635)	11.409.347	20.656.996	(9.342.078)	11.314.918

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.314.918
Adições	55.182
Baixas	(36.975)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	450.309
Amortização	(374.087)
Saldo em 30 de junho de 2023	11.409.347

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, Estados e Municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	30/06/2023	31/12/2022
Participação Financeira do Consumidor	(5.013.133)	(4.753.794)
Participação da União, Estados e Municípios (1)	(612.837)	(593.689)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(359.628)	(351.017)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(7.648)	(6.967)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(21.482)	-
(-) Amortização Acumulada	1.912.126	1.809.300
Total	(4.508.305)	(4.301.870)

Alocação	30/06/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(813.100)	(732.030)
Infraestrutura - Intangível em Serviço	(3.588.902)	(3.478.234)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(106.303)	(91.606)
Total	(4.508.305)	(4.301.870)

(1) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (70% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

15. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178
Baixa (contratos encerrados)	(1.775)	-	(1.775)
Adição	2.749	-	2.749
Amortização (1)	(4.180)	(13.122)	(17.302)
Remensuração (2)	90	48.950	49.040
Saldo em 30 de junho de 2023	146.679	126.211	272.890

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$275 no primeiro semestre de 2023 (R\$249 no mesmo período de 2022);

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Adição	2.749
Baixas (contratos encerrados)	(2.045)
Juros incorridos (1)	13.839
Arrendamentos pagos	(601)
Juros sobre arrendamentos pagos	(26.456)
Remensuração	49.040
Saldo em 30 de junho de 2023	296.399
Passivo circulante	55.715
Passivo não circulante	240.684

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$736 no primeiro semestre de 2023 (R\$690 no mesmo período de 2022).

As adições e baixas nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	619.747	296.399
PIS/Pasep e Cofins potencial	42.662	14.717

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2023	29.168
2024	58.126
2025	57.986
2026	57.844
2027	47.973
2028 a 2048	368.650
Valores não descontados	619.747
Juros embutidos	(323.348)
Passivo de arrendamentos	296.399

16. FORNECEDORES

	30/06/2023	31/12/2022
Energia de curto prazo - CCEE	127.667	95.928
Encargos de uso da rede elétrica (1)	211.478	204.119
Energia elétrica comprada para revenda (2)	605.632	682.239
Itaipu binacional	221.868	273.618
Materiais e serviços	530.772	673.819
	1.697.417	1.929.723

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	90.254	53.004
Cofins	56.368	72.901
PIS/Pasep	12.085	15.661
INSS	32.285	27.589
ISSQN	16.933	16.191
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	24.806	-
Outros	12.504	12.544
	245.235	197.890
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.164.003	1.154.798
ICMS (1)	341.173	340.800
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	420.936	1.632.200
	1.926.112	3.127.798
	2.171.347	3.325.688

(1) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$1.584.939 em 30 de junho de 2023, já tendo sido restituído o montante de R\$5.200.878 até 30 de junho de 2023 (R\$3.943.371 até 31 de dezembro de 2022).

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Companhia, foi constatada uma redução de R\$66.681 no crédito total, dos quais R\$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

18. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2023						31/12/2022
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	765	-	765	2.380
Total de empréstimos				765	-	765	2.380
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	310.181	299.330	609.511	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	543.131	-	543.131	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.360	1.913.904	1.917.264	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	3.095	500.000	503.095	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.462	520.292	521.754	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R\$	20.102	2.000.000	2.020.102	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (2)				-	(10.386)	(10.386)	(12.048)
(-) Custos de transação				(770)	(24.866)	(25.636)	(15.959)
Total de debêntures				880.561	5.198.274	6.078.835	4.573.618
Total geral				881.326	5.198.274	6.079.600	4.575.998

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
 (2) Deságio na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captação de recursos

Em 6 de junho de 2023, a Companhia concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública sob o rito de regime automático de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram emitidas 2 milhões de Debêntures, perfazendo o valor total de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), à taxa de remuneração de CDI + 2,05% com vencimento em 3 anos. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será pago em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento (50% do saldo) em 15 de maio de 2025 e o segundo, do saldo remanescente, em 15 de maio de 2026, data do vencimento principal. Os recursos captados serão destinados à recomposição de caixa da Cemig D, compreendendo, mas não se limitando, à operação da Cemig D e aos investimentos realizados.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão – Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(11.689)
Total de captações				1.988.311

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

A composição dos empréstimos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	15.673	300.414	1.255.197	956.953	-	520.292	3.048.529
UFIR/RGR (2)	765	-	-	-	-	-	765
CDI (3)	296.329	269.999	1.000.000	1.000.000	500.000	-	3.066.328
Total por Indexadores	312.767	570.413	2.255.197	1.956.953	500.000	520.292	6.115.622
(-) Custos de transação	(385)	(1.469)	(6.740)	(6.725)	(855)	(9.462)	(25.636)
(-) Deságio	-	-	(5.032)	(5.032)	-	(322)	(10.386)
Total geral	312.382	568.944	2.243.425	1.945.196	499.145	510.508	6.079.600

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Indexador	Varição acumulada no 1º semestre de 2023 (%)	Varição acumulada no 1º semestre de 2022 (%)
IPCA	2,87	5,49
CDI	6,44	5,36

Indexador	Varição acumulada no período de abril a junho de 2023 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2022 (%)
IPCA	0,76	2,22
CDI	3,09	2,86

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998
Empréstimos obtidos	2.000.000
Custos de transação	(11.689)
Captações líquidas	1.988.311
Variação monetária	85.018
Encargos financeiros provisionados	172.884
Amortização do custo de transação	2.008
Encargos financeiros pagos	(180.280)
Amortização de principal	(564.339)
Saldo em 30 de junho de 2023	6.079.600

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Encargos de empréstimos e debêntures	172.884	129.262
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12 e 13)	(24.967)	(16.250)
Efeito líquido no resultado	147.917	113.012

- (1) A taxa média de capitalização foi de 12,17 % a.a. em 30 de junho de 2023 (13,46% a.a. em 30 de junho de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 30 de junho de 2023, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.446.630
Aval e fianças	609.327
Recebíveis	3.022.878
Ações	765
TOTAL	6.079.600

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título (2)	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures	Dívida líquida / Lajida ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM 156/2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esse índice de forma que a condição seja atendida.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	199.321	220.801
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	130.350	112.458
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.282	3.226
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.847	6.735
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	66.818	46.557
CDE sobre P&D (1)	2.654	2.021
CDE sobre PEE (1)	1.769	4.041
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.199	2.101
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	467.126	448.826
Passivo circulante	429.179	393.389
Passivo não circulante	37.947	55.437

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997
Despesa reconhecida no resultado	81.562	139.614	2.552	223.728
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(105.433)	(73.020)	(1.384)	(179.837)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(43.088)	(649)	(43.737)
Passivo líquido em 30 de junho de 2023	1.365.545	2.382.551	43.065	3.791.161
			30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante			289.196	274.904
Passivo não circulante			3.501.965	3.550.093

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado do primeiro semestre de 2023 referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$179.283 (R\$204.832 no mesmo período de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$10.455 no primeiro semestre de 2023 (R\$21.933 no mesmo período de 2022).

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, em substituição ao Plano de Saúde Integrado (PSI) então vigente, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.

À luz do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos de pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R\$33.123 para o plano de saúde e de R\$867 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico, registrados como outros resultados abrangentes no primeiro trimestre de 2023.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$127.611 (R\$182.140 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$392.756 (R\$396.483 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$259.890, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$132.866. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Em processo
Montante total solicitado pela Forluz	R\$116.228	R\$182.316	R\$485.205
Montante considerando a paridade contributiva	R\$58.114	R\$91.158	R\$242.603
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 30 de junho de 2023	R\$15.746	R\$13.267	R\$4.173

Em relação ao Equacionamento do Déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, no consolidado. Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2023
Trabalhistas	297.311	31.111	(2.458)	(31.111)	294.853
Cíveis					
Relações de consumo	36.679	33.775	(5.590)	(23.455)	41.409
Outras ações cíveis	32.687	12.829	-	(5.517)	39.999
	69.366	46.604	(5.590)	(28.972)	81.408
Tributárias	937.320	48.749	-	(36)	986.033
Regulatórias	34.293	3.336	-	(2.031)	35.598
Outras	4.334	11.523	(262)	(7.761)	7.834
Total	1.342.624	141.323	(8.310)	(69.911)	1.405.726

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.135.403	997.927
Cíveis		
Relações de consumo	219.838	194.128
Outras ações cíveis	471.328	444.688
	691.166	638.816
Tributárias	1.271.101	1.191.496
Regulatórias	1.138.042	869.338
Outras	1.033.573	949.190
Total	5.269.285	4.646.767

(1) Os principais valores são apresentados em parágrafos específicos no texto de Provisões.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$173.994 (R\$152.686 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$11.532 (R\$10.091 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.035.709 (R\$982.070 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$874.949 (R\$829.721 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a

indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$223.353 (R\$218.772 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$99.552 (R\$97.508 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$118.463 (R\$112.362 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$62.735 (R\$60.454 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$382.506 (R\$355.930 em 31 de dezembro de 2022). A

Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$70.400 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$189.974 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.430.256 (R\$1.295.238 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$294.853 foram provisionados (R\$297.311 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$261.247 (R\$230.807 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$41.409 (R\$36.679 em 31 de dezembro

de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$511.327 (R\$477.375 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$39.999 (R\$32.687 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$598.993 (R\$374.696 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$35.598 (R\$34.293 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$48.900 (R\$45.642 em 31 de dezembro de 2022), tendo classificado a probabilidade de perda como provável em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$525.747

(R\$483.294 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$303.083 (R\$259.881 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$7.684 (R\$4.193 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$500.169 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$150 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$238.154 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2023, o capital social da Companhia é de R\$5.834.312 (R\$5.371.998 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Em 27 de fevereiro, 10 de março, 17 de março e 25 de abril de 2023, a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig (controladora) realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Companhia, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000, R\$350.000 e R\$100.000, respectivamente, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais. O aumento de capital no montante de R\$462.314 foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2023, sendo este valor composto por R\$268.314 proposto em 31

de dezembro de 2022 e R\$194.000 das propostas mencionadas acima. Dessa forma, o capital social passou de R\$5.371.998 para R\$5.834.312.

Em 14 de julho de 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, na qual foi, dentre outros assuntos, aprovado o aumento de capital social no montante de R\$450.000 provenientes do AFAC, passando de R\$5.834.312 para R\$6.284.312, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 30 de junho de 2023 é de R\$1.508.854 (R\$1.537.720 em 31 de dezembro de 2022).

O evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico.

c) Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro (prejuízo) líquido do período	734.969	(524.351)
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,31	(0,22)

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro (prejuízo) líquido do período	365.439	(900.278)
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,15	(0,38)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

d) Remuneração dos acionistas

Em 22 de março e 20 de junho de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio (JCP) nos montantes de R\$155.026 e R\$165.375, respectivamente. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	9.819.628	11.468.771
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	1.257.507	935.491
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	2.113.176	1.788.661
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	(143.809)	(972.040)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.517.409	1.112.782
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	77.575	38.762
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(71.379)	(51.199)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	(3.766)	205.849
Outras receitas operacionais (c)	995.632	1.174.464
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(4.635.579)	(6.022.105)
Total	10.926.394	9.679.436

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.097.880	5.475.415
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	561.518	498.773
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	1.125.668	920.530
Ativos e passivos financeiros setoriais	(164.650)	(271.933)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	859.801	683.279
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	46.731	19.030
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(32.910)	(19.305)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	66.855
Outras receitas operacionais (c)	558.157	762.406
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(2.502.738)	(3.203.931)
Total	5.549.457	4.931.119

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 17.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Residencial	5.929.031	5.609.896	4.926.451	5.839.839
Industrial	675.111	768.063	558.692	679.159
Comércio, serviços e outros	2.214.819	2.321.478	2.442.510	2.821.664
Rural	1.313.432	1.382.247	926.308	1.027.348
Poder público	463.203	427.628	351.417	355.340
Iluminação pública	537.353	570.596	243.342	303.579
Serviço público	524.511	691.906	332.227	467.109
Subtotal	11.657.460	11.771.814	9.780.947	11.494.038
Consumo próprio	14.915	16.711	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	76.716	28.054
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(38.035)	(53.321)
Total	11.672.375	11.788.525	9.819.628	11.468.771

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Residencial	2.944.206	2.768.128	2.531.658	2.724.031
Industrial	340.970	399.303	291.568	334.891
Comércio, serviços e outros	1.101.140	1.173.445	1.255.870	1.359.370
Rural	796.071	841.411	536.103	539.604
Poder público	239.549	223.437	186.873	176.026
Iluminação pública	267.837	285.585	126.351	136.207
Serviço público	252.158	351.948	167.976	220.132
Subtotal	5.941.931	6.043.257	5.096.399	5.490.261
Consumo próprio	7.370	6.857	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	36.249	15.260
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(34.768)	(30.106)
Total	5.949.301	6.050.114	5.097.880	5.475.415

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Outras receitas operacionais

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Serviço taxado	10.120	9.098
Outras prestações de serviços	11.544	13.591
Subvenções Baixa Renda	187.323	150.544
Outras subvenções (1)	591.506	731.149
Aluguel e arrendamento	190.341	321.077
Transações na CCEE	-	(51.684)
Outras	4.798	689
	995.632	1.174.464

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Serviço taxado	5.003	4.804
Outras prestações de serviços	6.728	6.769
Subvenções Baixa Renda	100.102	78.184
Outras subvenções (1)	348.424	414.603
Aluguel e arrendamento	93.411	257.696
Transações na CCEE	-	(51.684)
Outras	4.489	350
	558.157	710.722

(1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$503.672 no primeiro semestre de 2023 (R\$485.093 no primeiro semestre de 2022) e R\$278.105 no 2º trimestre de 2023 (R\$ 239.152 no 2º trimestre de 2022), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada, serviço público e subsídio relativo ao Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$36.873 no primeiro semestre de 2023 (R\$251.489 no primeiro semestre de 2022) e R\$19.351 no 2º trimestre de 2023 (R\$175.399 no 2º trimestre de 2022), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$13 no primeiro semestre de 2023 (reversão de R\$5.433 no primeiro semestre de 2022) e R\$21 no 2º trimestre de 2023 (R\$52 no 2º trimestre de 2022); e a receita de R\$50.947 no 2º trimestre de 2023 referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.623.688	2.999.469
PIS/Pasep	196.230	229.561
Cofins	903.845	1.057.372
ISSQN	582	632
	2.724.345	4.287.034
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	17.514	32.423
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.806.256	1.890.421
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	19.357	11.945
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	27.653	17.065
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	13.826	8.532
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	(251.821)
CDE sobre P&D	8.296	5.119
CDE sobre PEE	5.531	10.239
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	12.801	11.148
	1.911.234	1.735.071
	4.635.579	6.022.105

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Tributos sobre a receita		
ICMS	981.062	1.427.294
PIS/Pasep	97.673	141.327
Cofins	449.886	650.937
ISSQN	342	334
	1.528.963	2.219.892
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	8.706	16.204
Conta de desenvolvimento energético - CDE	921.456	935.677
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.622	5.970
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	13.746	8.529
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	6.872	4.264
CDE sobre P&D	4.124	2.558
CDE sobre PEE	2.750	5.117
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	6.499	5.720
	973.775	984.039
	2.502.738	3.203.931

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	572.886	803.911
Contratos por cotas de garantia física	477.514	459.205
Cotas das usinas de Angra I e II	179.835	178.596
Energia de curto prazo - CCEE	171.449	172.137
Contratos bilaterais	252.724	236.746
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.946.719	1.469.946
PROINFA	255.789	302.827
Geração distribuída	1.110.402	926.231
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(337.472)	(313.905)
	4.629.846	4.235.694
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	84.695	70.723
Encargos Transmissão - Rede Básica	1.085.155	908.877
Encargos de Conexão	61.322	48.568
Encargos Distribuição	3.755	3.420
Energia CCEE-ESS	8.767	365.136
Energia CCEE-EER	367.412	221.339
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(149.027)	(149.670)
	1.462.079	1.468.393
	6.091.925	5.704.087

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	310.711	409.856
Contratos por cotas de garantia física	238.435	233.089
Cotas das usinas de Angra I e II	89.918	89.298
Energia de curto prazo - CCEE	99.298	108.330
Contratos bilaterais	127.295	126.663
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	995.113	835.650
PROINFA	127.895	151.413
Geração distribuída	491.670	472.642
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(174.303)	(169.732)
	2.306.032	2.257.209
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	43.886	36.412
Encargos Transmissão - Rede Básica	545.733	454.806
Encargos de Conexão	31.177	24.276
Encargos Distribuição	1.751	1.899
Energia CCEE-ESS	6.263	16.901
Energia CCEE-EER	178.481	104.208
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(74.674)	(59.061)
	732.617	579.441
	3.038.649	2.836.650

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Pessoal	61.936	50.554
Materiais	834.143	646.021
Serviços de terceiros	569.851	388.743
Encargos financeiros	24.967	16.250
Arrendamentos e aluguéis	2.647	2.331
Impostos e taxas	646	723
Outros	23.219	8.160
	1.517.409	1.112.782

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Pessoal	36.852	22.474
Materiais	470.939	403.350
Serviços de terceiros	322.105	240.873
Encargos financeiros	14.406	8.720
Arrendamentos e aluguéis	1.649	1.548
Impostos e taxas	514	493
Outros	13.336	5.821
	859.801	683.279

c) Outras custos e despesas operacionais

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais		Total	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Pessoal	322.784	332.322	-	-	118.953	124.642	-	-	441.737	456.964
Participação de empregados e administradores no resultado	147	79	-	-	-	2.326	49.981	48.930	50.128	51.335
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	179.283	203.585	179.283	203.585
Materiais	38.520	26.037	-	-	11.841	15.284	-	-	50.361	41.321
Serviços de terceiros	699.817	566.379	-	-	78.631	85.690	-	-	778.448	652.069
Amortização (Nota 13b)	367.265	299.644	-	-	6.822	32.086	-	-	374.087	331.730
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	17.027	22.526	-	-	-	-	-	-	17.027	22.526
Provisões (reversões) para contingências	133.013	95.540	-	-	-	-	-	-	133.013	95.540
Perdas de créditos esperadas	-	-	29.415	133.709	-	-	9.974	14.912	39.389	148.621
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (2)	-	1.405.106	-	-	-	-	-	-	-	1.405.106
Outras despesas operacionais, líquidas (1)	9.565	16.144	-	-	27.915	5.351	143.810	45.418	181.290	66.913
	1.588.138	2.763.777	29.415	133.709	244.162	265.379	383.048	312.845	2.244.763	3.475.710

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais		Total	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Pessoal	153.127	183.595	-	-	63.945	73.353	-	-	217.072	256.948
Participação de empregados e administradores no resultado	147	79	-	-	-	2.326	25.367	24.931	25.514	27.336
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	106.017	100.998	106.017	100.998
Materiais	17.621	14.308	-	-	7.405	10.752	-	-	25.026	25.060
Serviços de terceiros	339.067	280.027	-	-	38.145	48.412	-	-	377.212	328.439
Amortização	183.762	151.650	-	-	3.680	15.982	-	-	187.442	167.632
Amortização direito de uso - arrendamento	9.432	11.249	-	-	-	-	-	-	9.432	11.249
Provisões (reversões) para contingências	77.111	36.073	-	-	-	-	-	-	77.111	36.073
Perdas de créditos esperadas	-	-	21.334	89.450	-	-	7.304	13.201	28.638	102.651
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (2)	-	1.405.106	-	-	-	-	-	-	-	1.405.106
Outras despesas operacionais, líquidas (1)	2.274	7.816	-	-	13.999	2.310	89.821	31.869	106.094	41.995
	782.541	2.089.903	21.334	89.450	127.174	153.135	228.509	170.999	1.159.558	2.503.487

- (1) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R\$10.660, cobrada em face de fiscalização da Anel, em 2019, para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Companhia na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída; e compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Anel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R\$62.103. Essas despesas estão classificadas como Outras despesas operacionais.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	31.463	25.829
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(16.301)	(11.999)
Acréscimos moratórios de contas de energia	137.246	193.376
Variações cambiais de Itaipu	13.111	32.213
Variações monetárias	7.362	15.085
Variação monetária depósitos judiciais	20.843	19.959
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	92.078	111.216
Outras	27.963	19.478
	313.765	405.157
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(147.917)	(113.012)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(2.008)	(874)
Encargos de variação monetária - Forluz	(10.455)	(21.933)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(85.018)	(139.778)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(68.181)	(375.383)
Variação monetária de P&D e PEE	(19.300)	(16.208)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(13.103)	(9.511)
Outras variações monetárias	(9.402)	(11.815)
Outras	(39.164)	(24.227)
	(394.548)	(712.741)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(80.783)	(307.584)

	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	20.776	16.828
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(10.255)	(4.089)
Acréscimos moratórios de contas de energia	75.597	100.252
Variações cambiais de Itaipu	11.222	8.248
Variações monetárias	2.923	14.226
Variação monetária depósitos judiciais	12.355	11.258
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	65.468	59.217
Outras	11.441	12.890
	189.527	218.830
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(78.011)	(56.774)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(1.136)	(442)
Encargos de variação monetária - Forluz	(4.475)	(11.761)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(19.590)	(77.589)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(32.445)	(366.020)
Variação monetária de P&D e PEE	(9.412)	(9.130)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(6.711)	(4.664)
Outras variações monetárias	(6.567)	(6.428)
Outras	(19.615)	(18.409)
	(177.962)	(551.217)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	11.565	(332.387)

(2) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

(3) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Operações com energia elétrica (3)								
Companhia Energética de Minas Gerais	72	70	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	1.324	4.634	25.361	28.488	15.713	18.135	(163.877)	(138.723)
Aliança Geração	4.245	4.070	11.196	11.366	24.102	29.229	(63.043)	(58.776)
Norte Energia	-	-	29.750	30.263	-	-	(134.538)	(119.684)
Taesa	-	-	9.193	10.891	-	-	(63.762)	(59.624)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	837	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	108	-	-	891	-	-	-
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão (5)	-	-	13.964	10.874	-	-	(48.933)	(38.926)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	42.697	36.558	-	-	87.050	85.851	-	-
Convênio de compartilhamento (2)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	14.429	26.483	-	-	(20.121)	(22.485)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	352	2.565	-	-	(134)	(431)
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais (4)	-	-	-	-	-	-	(15.194)	(3.024)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.187.872	1.183.846	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	132.987	46.948	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	317.367	278.552	-	-	3.420	5.618	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.066	1.052	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	154.070	143.863	-	-	(81.562)	(86.514)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (7)	-	-	-	-	-	-	(26.482)	(26.066)
Custeio administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(14.220)	(12.965)
Arrendamento operacional (9)	-	-	18.686	18.686	-	-	(12.304)	(11.352)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	1.211.475	1.245.553	-	-	-	-
Arrendamento operacional (9)	130.817	133.724	131.561	132.151	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	155.919	151.833	-	-	(142.166)	(139.004)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	2.269.697	2.283.748	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Referem-se aos contratos de mútuo firmados, em 10 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2023, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 07 de junho de 2023, acrescidos de juros nos montantes de R\$6.657 mil e R\$8.538 mil, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora. Os mútuos obtiveram anuência da Aneel;
- Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2022, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Remuneração	5.883	5.007
Participação nos resultados (reversão)	(55)	578
Previdência privada	749	647
Planos de saúde e odontológico	39	54
Seguro de vida	8	15
Total (1)	6.624	6.301

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		3.365	3.365	39.581	39.581
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)		3.437.337	3.437.337	3.138.398	3.138.398
Fundos vinculados		570	570	1.444	1.444
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		890.809	890.809	944.090	944.090
Reembolso de subsídios tarifários		117.184	117.184	90.923	90.923
Subvenção baixa renda		64.727	64.727	62.479	62.479
Depósitos vinculados a litígios		653.081	653.081	651.279	651.279
		5.167.073	5.167.073	4.928.194	4.928.194
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	858.238	858.238	356.842	356.842
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	370.665	370.665	30.587	30.587
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	79.741	79.741	64.208	64.208
Letras financeiras - bancos	2	216.008	216.008	144.798	144.798
Debêntures	2	3.109	3.109	1.595	1.595
		669.523	669.523	241.188	241.188
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.538.165	1.538.165	1.369.652	1.369.652
		3.065.926	3.065.926	1.967.682	1.967.682

	Nível	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		8.232.999	8.232.999	6.895.876	6.895.876
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures		(6.079.600)	(6.079.600)	(4.575.998)	(4.575.998)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(127.611)	(127.611)	(182.140)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(392.756)	(392.756)	(396.483)	(396.483)
Fornecedores		(1.697.417)	(1.697.417)	(1.929.723)	(1.929.723)
Arrendamentos		(296.399)	(296.399)	(259.873)	(259.873)
		(8.593.783)	(8.593.783)	(7.344.217)	(7.344.217)

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; e (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2023		31/12/2022	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(46.038)	(221.868)	(52.440)	(273.618)
Passivo líquido exposto		(221.868)		(273.618)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 30 de junho de 2024 será uma valorização de 3,34% (R\$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	30/06/2023	30 de junho de 2024	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,98	Cenário adverso Dólar R\$5,99
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(221.868)	(229.271)	(275.673)
Passivo líquido exposto	(221.868)	(229.271)	(275.673)
Efeito líquido da variação cambial		(7.403)	(53.805)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/06/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	858.238	356.842
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	672.888	280.769
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	890.809	944.090
	2.421.935	1.581.701
Passivos		
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 18)	(3.066.328)	(1.317.792)
Passivo líquido exposto	(644.393)	263.909

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2024, a taxa Selic será de 10,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	30/06/2023	30 de junho de 2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 10,75%	Cenário adverso Selic 15,50%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	858.238	950.499	991.265
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	672.888	745.223	672.888
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	890.809	986.571	890.809
	2.421.935	2.682.293	2.554.962
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 18)	(3.066.328)	(3.395.958)	(3.541.609)
Passivo líquido exposto	(644.393)	(713.665)	(986.647)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(69.272)	(342.254)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	1.538.165	1.369.652
	1.538.165	1.369.652
Passivos		
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.048.529)	(3.283.833)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(127.611)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(392.756)	(396.483)
	(3.568.896)	(3.862.456)
Passivo líquido exposto	(2.030.731)	(2.492.804)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,52% e a taxa de IGPM será de 1,94% em 30 de junho de 2024, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	30/06/2023	30 de junho de 2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,52% IGPM 1,94%	Cenário adverso IPCA 6,35% IGPM 5,49%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	1.538.165	1.607.690	1.635.838
	1.538.165	1.607.690	1.635.838
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.048.529)	(3.186.323)	(3.242.111)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(127.611)	(133.379)	(135.714)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(392.756)	(410.509)	(417.696)
	(3.568.896)	(3.730.211)	(3.795.521)
Passivo líquido exposto	(2.030.731)	(2.122.521)	(2.159.683)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(91.790)	(128.952)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas (*)						
Empréstimos e debêntures	51.541	100.988	1.235.521	5.934.237	-	7.322.287
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.905	21.909	100.928	-	-	133.742
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.840	9.711	44.677	259.826	264.756	583.810
	67.286	132.608	1.381.126	6.194.063	264.756	8.039.839
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.521.019	176.179	219	-	-	1.697.417
	1.588.305	308.787	1.381.345	6.194.063	264.756	9.737.256

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 15.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 18.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 28 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Total do passivo	18.563.652	18.307.385
Caixa e equivalentes de caixa	(899.048)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários	(671.821)	(279.717)
Passivo líquido	16.992.783	17.586.968
Total do patrimônio líquido	8.461.008	7.105.260
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,01	2,48

28. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, conforme Resolução Homologatória nº 3.202, de 23 de maio de 2023. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 13,27% para os consumidores, sendo 8,94%, em média, para o Grupo A (alta e média tensão) e 15,55%, em média, para o Grupo B (baixa tensão). O percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 0,66%, e o percentual remanescente, de 12,61% , tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 5,09% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados a compra de energia, transmissão, encargos setoriais e receitas irre recuperáveis, e; (ii) 7,52% referentes aos itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorará de 28 de maio de 2023 até 27 de maio de 2024.

29. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento, não houve definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados da CPI.

Quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias do primeiro semestre de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes)

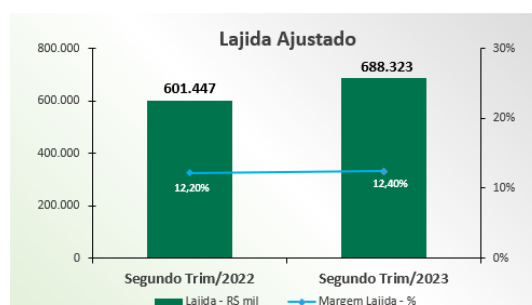
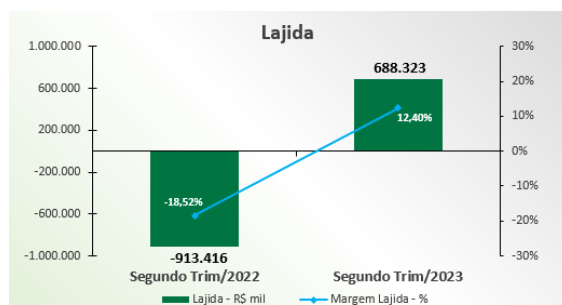
Lucro líquido do trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2023, lucro líquido de R\$365.439 em comparação ao prejuízo de R\$900.278 no mesmo período de 2022. As principais variações na comparação dos resultados dos três meses de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ mil	Segundo Trim/2023	Segundo Trim/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	365.439	(900.278)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	137.575	(524.406)
Resultado financeiro líquido	(11.565)	332.387
Amortização	196.874	178.881
= Lajida (1)	688.323	(913.416)
Devolução de Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	1.660.356
TARD relacionado a uso de infraestrutura	-	(145.493)
= Lajida ajustado (2)	688.323	601.447

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022, excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, uma vez que são extraordinários.



O Lajida variou de 913.416 negativo no segundo trimestre de 2022 para 688.323 positivo no segundo trimestre de 2023, enquanto a margem do Lajida passou de 18,52% negativo no segundo trimestre de 2022 para 12,40% no período atual. Essa variação decorre do reconhecimento, em 2022, dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica.

O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 14,44%, passando de R\$601.447 no segundo trimestre de 2022 para R\$688.323 no segundo trimestre de 2023. A sua margem passou de 12,19% no segundo trimestre de 2022 para 12,40% no período atual.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Segundo Trim/2023	Segundo Trim/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	5.097.880	5.475.415
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	561.518	498.773
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.125.668	920.530
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	(164.650)	(271.933)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	859.801	683.279
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	46.731	19.030
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(32.910)	(19.305)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	66.855
Outras receitas operacionais	558.157	762.406
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.502.738)	(3.203.931)
	5.549.457	4.931.119

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.097.880 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$5.475.415 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 6,90%. Os principais impactos na receita em 2023 decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	Segundo Trim/2023			Segundo Trim/2022			Variações (%)	
	MWh (3)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (3)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.944.206	2.531.658	859,88	2.768.128	2.724.031	984,07	6,36	(7,06)
Industrial	340.970	291.568	855,11	399.303	334.891	838,69	(14,61)	(12,94)
Comércio, serviços e outros	1.101.140	1.255.870	1.140,52	1.173.445	1.359.370	1.158,44	(6,16)	(7,61)
Rural	796.071	536.103	673,44	841.411	539.604	641,31	(5,39)	(0,65)
Poder público	239.549	186.873	780,10	223.437	176.026	787,81	7,21	6,16
Iluminação pública	267.837	126.351	471,75	285.585	136.207	476,94	(6,21)	(7,24)
Serviço público	252.158	167.976	666,15	351.948	220.132	625,47	(28,35)	(23,69)
Subtotal	5.941.931	5.096.399	857,70	6.043.257	5.490.261	908,49	(1,68)	(7,17)
Consumo próprio	7.370	-	-	6.857	-	-	7,48	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	36.249	-	-	15.260	-	-	137,54
Fornecimento não faturado líquido	-	(34.768)	-	-	(30.106)	-	-	15,49
Total	5.949.301	5.097.880	-	6.050.114	5.475.415	-	(1,67)	(6,90)

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- redução de 28,35% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de serviços públicos devido, principalmente, à migração de algumas instalações de grande cliente do setor de água e esgoto para o ambiente livre;
- redução de 14,61% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre;

- redução de 6,16% na quantidade de energia faturada para a classe de comércio e serviços, devido, principalmente, à migração de clientes para a mini e micro geração distribuída;
- redução de 6,21% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de iluminação pública devido à implantação de lâmpadas de led em alguns municípios;
- aumento de 6,36% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe residencial, devido principalmente ao aumento de 3,3% na quantidade de consumidores e de 3,0% no consumo médio mensal por consumidor.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo trimestre de 2023 em função da fixação da alíquota de ICMS, a partir do segundo semestre de 2022, para todas as classes de consumo, no limite máximo de 18%.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.125.668, comparada a R\$920.530 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 22,28%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no segundo trimestre de 2023, comparado ao mesmo período de 2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 3,29% na energia transportada no segundo trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022.

	MWh (1)		
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Var %
Industrial	5.272.256	5.236.044	0,69
Comercial	464.652	422.505	9,98
Rural	9.251	9.128	1,35
Serviço Público	105.977	-	-
Poder Público	656	666	-
Concessionárias	78.183	73.729	6,04
Total de energia transportada	5.930.975	5.742.072	3,29

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No segundo trimestre de 2023, foi reconhecida uma redução de receita no montante de R\$164.650, em comparação à redução de receita de R\$271.933 reconhecida no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos dos encargos de uso da rede básica de transmissão e energia elétrica comprada para revenda, em relação à cobertura concedida no último processo tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11b.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$859.801 no segundo trimestre de 2023, comparadas a R\$683.279 no mesmo período de 2022, demonstrando um aumento de 25,83%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período anterior, com maior mobilização de equipes na etapa de construção, somado ao aumento no custo médio das obras, com elevação dos preços de diversos materiais e serviços no período atual.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.502.738 no segundo trimestre de 2023 comparados a R\$3.203.931 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 21,89%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$5.058.008 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$6.023.416 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 16,03%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$377.212 no segundo trimestre de 2023, comparada ao montante de R\$328.439 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 14,85%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 22,39% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$144.956 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$118.436 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 20% no valor do serviço contratado, somado ao aumento de serviços de manutenção corretiva em 2023 devido ao período chuvoso mais prolongado;
- redução de 25,43% nas despesas com corte e religação, sendo de R\$19.737 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$26.467 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre da digitalização das cobranças, com redução de cortes físicos, mais onerosos, e implantação de cortes remotos, que chegam a ser até dez vezes mais baratos que os anteriores. Adicionalmente, houve revisão contratual do corte físico com preços reduzidos no segundo trimestre de 2023;
- redução de 68,63% nas despesas com consultoria, sendo de R\$1.993 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$6.354 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre da implantação, no segundo trimestre de 2022, de nova metodologia de controle financeiro pela Companhia;
- aumento de 29,85% nas despesas com inspeção de unidades consumidoras, sendo de R\$12.255 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$9.438 no mesmo período de 2022. Esse aumento deve-se à intensificação das ações de combate às perdas comerciais no segundo trimestre de 2023, principalmente no projeto de inspeções de unidades consumidoras. O objetivo principal do projeto é manter a Companhia enquadrada no índice de perdas regulatórias.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.306.032 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$2.257.209 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 2,16%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 19,08% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$995.113 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$835.650 no mesmo período de 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novo leilão;
- aumento de 4,03% no custo com geração distribuída, sendo de R\$491.670 no segundo trimestre de 2023 comparado a R\$472.642 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (1.101.458 MWh no segundo trimestre de 2023, comparado a 714.820 MWh no mesmo período de 2022);

- redução de 24,19% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$310.711 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$409.856 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$24,73/KW para US\$16,19KW, definida por resolução.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$732.617 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$579.441 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 26,44%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no período.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 11b.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$105.749 no segundo trimestre de 2023, comparadas a R\$1.543.830 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 93,15%. As principais variações que explicam essa redução são:

- constituição, em 2022, de provisão operacional, no montante atualizado de R\$1.405.106, decorrente dos efeitos contábeis da promulgação da Lei nº 14.385/22, a qual determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins;
- aumento nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$15.480 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$2.533 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de recentes decisões desfavoráveis à Companhia relacionadas, principalmente, aos empregados próprios;

- aumento de 59,38% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$26.586 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$16.681 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, de discussões relacionadas às relações de consumo e está aderente ao curso normal dos negócios;
- redução de 76,15% nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição de R\$21.334 no segundo trimestre de 2023 em comparação a R\$89.450 no mesmo período de 2022, devido à menor inadimplência observada no período e, adicionalmente, à revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no segundo trimestre de 2023 foi uma receita financeira de R\$11.565, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$332.387 no mesmo período de 2022. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 91,14% na despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo de R\$32.445 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$366.020 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre do complemento, no segundo trimestre de 2022, da atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito;
- redução de 74,75% na despesa financeira com variação monetária de empréstimos e debêntures, sendo de R\$19.590 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$77.589 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 0,76% de abril a junho de 2023, comparada à variação de 2,22% no mesmo período de 2022;
- aumento de 23,46% na renda de aplicações financeiras, sendo de R\$20.776 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$16.828 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do maior volume de caixa aplicado no período, em decorrência da liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures;

- aumento de 10,56% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$65.468 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$59.217 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, basicamente, da alteração no critério utilizado pela Aneel para atualização monetária de componente financeiro homologado no processo tarifário de 2023;
- redução de 24,59% na receita financeira com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$75.597 no segundo trimestre de 2023, comparadas a R\$100.252 no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se ao menor nível de inadimplência da Companhia no período atual devido ao reforço no emprego das ferramentas de cobrança, bem como da alteração na cobrança do ICMS, e à alteração do indicador de atualização financeira, tendo sido IGP-M até maio de 2022 e mudando para IPCA a partir de junho, conforme determinado pela Resolução Normativa nº 932/2021 da Aneel.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$137.575 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$503.014. No mesmo período de 2022, a Companhia apurou recuperação de despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$524.406 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.424.684.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

**Marco da Camino Ancona Lopez
Soligo**
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Henrique Motta Pinto
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 29 às informações contábeis existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7